

O DEBATE ONTOLÓGICO-POLÍTICO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS - ESFORÇOS TEÓRICOS EM TORNO DAS DIFERENÇAS (ENTRE MUNDOS)

The ontological-political debate in the social sciences - theoretical efforts
around the differences (between worlds)

Carolina Faraoni Bertanha¹

Sofia Santos Scartezini²

Wanderson Barbosa dos Santos³

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir os desafios e os potências que determinados esforços intelectuais, filiados às chamadas viradas ontológicas na Antropologia e na área de Ciência, Tecnologia e Sociedade, podem oferecer à reflexão contemporânea sobre o fazer etnográfico nas ciências sociais. Nosso argumento geral é que na conjuntura político-epistêmica atual, em que uma crise ecológica global acusa a indispensabilidade de abarcar outros mundos, novos debates trazem o potencial de promover formas de se tratar empiricamente essas questões que engajem outros modos de existência na prática científica das ciências sociais. Apresentamos o argumento da virada ontológica direcionado nos seguintes elementos. Em primeiro lugar, a importância dos Estudos de Ciência e Tecnologia para a proposição de novos entendimentos ontológicos e políticos, especificamente, a partir da teoria ator-rede. Em seguida, o papel dos estudos que versam sobre a relação entre ontologia e linguagem como forma de reconhecimento de outros sujeitos ontológicos, bem como, o acolhimento de epistemologias que foram marginalizadas no processo de modernização ocidental. Numa terceira parte, desdobramos o argumento da virada ontológica, dessa vez, com um olhar específico para o fazer antropológico, sobretudo nos conflitos existentes na pretensão entre a tradução entre mundos e as pontes entre ontologia e política.

Palavras-chave: Ontologia; Etnografia; Linguagem; Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia.

Abstract

This article aims to discuss the challenges and powers that certain intellectual efforts, affiliated with the called ontological turns in Anthropology and in the field of Science, Technology and Society, can offer to contemporary reflection on ethnographic practice in the social sciences. Our general argument is that in the current political-epistemic conjuncture, in which a global ecological crisis accuses the indispensability

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB). Membro do grupo de pesquisa Ciências, Tecnologias e Públicos (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1937994639028677>). E-mail: carolbertanha@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Membro do Laboratório e Grupo de Estudos em Relações Interétnicas (LAGERI). E-mail: sofiascart@gmail.com

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade de Brasília (PPGSOL/UnB). Atua na linha de pesquisa de teoria e pensamento social. E-mail: wanderson_santos@outlook.com

of embracing other worlds, new debates bring the potential to promote ways of dealing empirically with these issues that engage other modes of existence in the scientific practice of social sciences. We present the argument of the ontological turn directed at the following elements. First, the importance of Science and Technology Studies for proposing new ontological and political understandings, specifically, based on actor-network theory (ANT). Then, the role of studies that deal with the relationship between ontology and language as a way of recognizing other ontological subjects, as well as the reception of epistemologies that were marginalized in the process of western modernization. In the third part, we unfold the argument of the ontological turn, this time, with a specific look at anthropology, especially in the conflicts existing in the pretense between the translation between worlds and the bridges between ontology and politics.

Keywords: Ontology; Ethnography; Language; Social Studies of Science and Technology.

Introdução

A crise ambiental que se alastra em escala global tem visibilizado e transfigurado as diferentes relações entre humanos, não-humanos, paisagens e existências, que por sua vez se relacionam à forma como a política, a ciência e a natureza são concebidas e vividas na ontologia e epistemologia ocidental (KOHN, 2015). As mudanças climáticas, crises sanitárias e conflitos ambientais são os sinais dos tempos que atravessamos: um conjunto de graves alterações de origem antropogênica, observadas nos processos biogeoquímicos da Terra, tem fomentado novos acontecimentos. Novos acontecimentos que, por sua vez, colocam em xeque a contenção dos híbridos tão cara à Constituição Moderna (LATOURET, 2004). Deflagra-se também uma “crise de objetividade”, em que “questões levantadas pela produção científica contemporânea não são apenas práticas, mas epistemológicas” (CESARINO, 2005, p. 171), colocando em suspeição a própria validade universal das asserções epistemológicas que contêm em si dois modos de existência - naturais ou sociais. Quebrando-os, estão incertas também perspectivas caras à modernidade: aquilo que é ou pode vir a ser, quem e o que pode compor o mundo e quais políticas podemos antecipar para lidar com as diferenças em jogo em um dado desacordo em que as próprias ontologias estão em conflito. Como apreender a multiplicidade de mundos possíveis com as ferramentas disponíveis nas ciências sociais, assim como as suas limitações, é uma questão que esse artigo pretende abordar. Assim, o objetivo aqui proposto é

discutir os desafios e potências que certas “viradas ontológicas” trazem à mesa, salientando o que determinados esforços intelectuais podem oferecer à reflexão contemporânea sobre o fazer etnográfico nas ciências sociais.

Examinemos as condições em que nos situamos. A visão ontológica hegemônica, baseada na separação moderna entre sociedade e natureza, pressupõe a concepção de uma natureza una, que pode ser apreendida, explicada e revelada na e pela prática científica. Neste “mundo de um mundo só”, uma forma típica do Norte de se pensar, “o mundo continua por si mesmo - as pessoas não o carregam, ele está fora de nós e somos contidos por ele” (LAW, 2015, p. 126). Epistemologicamente, um respeitável e legitimado caminho a ser trilhado enquanto cientistas sociais - analisamos e descrevemos uma realidade, ou, no máximo, os diferentes pontos de vista sobre ela, no geral, conflitantes. Entretanto, tais asserções têm sido desestabilizadas quando do choque empírico com outros modos de existência que desafiam as dicotomias ocidentais, a ideia de um mundo único e o que está em jogo quando conflitos ontológicos acerca de o que e quem compõe a natureza, o social e a política se deflagram, sugerindo a necessidade de se repensar as ferramentas práticas e conceituais que as ciências sociais oferecem para a descrição e análise dessas questões (KOHN, 2015). A discussão contribui com um alargamento das práticas etnográficas, na medida em que propõe, a partir de uma sensibilidade ontológica, apresentar, “retrabalhar” e transformar conceitos estáticos do projeto hegemônico moderno. Assim, reflexões nesse sentido assumem contornos políticos e científicos no sentido encontrado em sua crítica recente. A desnaturalização de categorias universais, o olhar atento para outros horizontes epistêmicos e uma nova visão de “social”, são ideias centrais para o estabelecimento de outros sujeitos, outras performatividades e outras formas de vida que se encontram silenciadas no projeto epistêmico da modernidade (MOL, 1999).

As ciências sociais tem procurado dar respostas à essas crises, e reflexões nesse sentido tem se multiplicado, materializando-se em uma série de viradas “às ontologias” e em preocupações com a forma como o(s) mundo(s)

se conformam e quais ferramentas podem ser mobilizadas quando procuramos reconstruir narrativas conflitantes sobre a natureza e o social. Trata-se, de forma geral, do que Woolgar e Lezaun (2013) entendem como um desejo de evitar ser pego na descrição e qualificação de perspectivas. Ou seja, as viradas ontológicas se afastam da tendência epistemológica de se colocar questões sobre como um mundo singular é representado, se aproximando de questões sobre a realidade de múltiplos mundos, estimulando um alerta sobre diferenças que não podem ser reduzidas às disparidades de “visões de mundo” (Idem). Ou ainda, como aponta Viveiros de Castro (2018, p. 252), partem de “uma epistemologia constante e ontologias variáveis, as mesmas representações e outros objetos, um único significado e múltiplos referentes”.

É de particular interesse para esse artigo as proposições nesse sentido oriundas dos estudos sociais de ciência e tecnologia (STS) e da antropologia. Guardados seus diferentes posicionamentos e tradições, cujos caminhos, especificidades, pontos de contato e dissenso serão tratados mais à frente, ambas as abordagens se encontram em três pontos. Em primeiro lugar, tratam da “multiplicidade de modos de existência materializados em práticas concretas nas quais a política se torna o conjurar não cético dos numerosos potenciais para a questão de saber como as coisas poderiam ser” (HOLBRAAD et al., 2019, p. 96). Em outras palavras, voltam-se para uma noção de ontologia não estanque, em que o tratamento diverge da receita filosófica sobre como as coisas são para aquilo que pode ser - e que pode ser de outra forma, portanto, perpassadas por diferenças de poder (política) e poderes da diferença (ontologia). Um segundo ponto, derivado deste, é o pressuposto geral contido de que há uma multiplicidade não só do que potencialmente é socialmente construído, mas também de naturezas - hora denominado multinaturalismo, hora concebido como mundos múltiplos, ou ainda, o pluriverso (VIVEIROS DE CASTRO, 2018; MOL e LAW, 2002; DE LA CADENA, 2015; LATOUR, 2019; STENGERS, 2003). Em terceiro lugar, condensam-se em uma preocupação, variavelmente mais enérgica ou mais velada, com as possibilidades metodológicas que a aceitação dos predicados anteriores acarreta: como os múltiplos mundos se manifestam etnograficamente? Como enxergar aquilo

que é intangível e imensurável pelas nossas ferramentas comuns? Como lidar com a bagunça entre social e natural, técnico e político, teórico e empírico?

As viradas ontológicas oferecem, em nossa visão, modos distintos de ver as diferentes coisas que compõem o mundo (HOLBRAAD e PEDERSEN, 2017), ou ainda, se tratam de termos sensibilizantes, maneiras de fazer perguntas e técnicas para virar as questões trabalhadas do avesso ou de cabeça para baixo (MOL, 2010), uma vez que sublinha o papel de protagonismo de sujeitos na composição e transformação da realidade. Nesse sentido, uma proposta de alargamento de concepções de mundo, ou seja, um olhar para outras ontologias, perpassa por um trabalho empírico etnográfico de reconhecimento e de consciência de outras ontologias para além daquelas oriundas da colonização - rumo ao pluriverso (BLASER; DE LA CADENA, 2018).

Dito isto, propomos, com este artigo, apresentar o conjunto de discussões e debates intelectuais a respeito da virada ontológica, especificamente nas proposições que se voltam ao fazer etnográfico na produção antropológica e nos STS. A ideia é apresentar um panorama propositivo de pesquisas que se orientam por uma crítica ao paradigma ontológico da modernidade, bem como, estudos que ampliam as noções de natureza, social, território e sujeitos e sublinham a importância de novos desenhos ontológicos nas ciências sociais. Na primeira seção discutimos, então, as contribuições que os STS trazem à mesa, particularmente os argumentos mobilizados pela teoria ator-rede (TAR). Em seguida, apresentamos o papel das reflexões sobre a linguagem no fazer etnográfico e sua importância para as ampliações ontológicas nas ciências sociais. Na terceira seção, apresentamos a virada ontológica na antropologia. Por fim, a quarta seção discute os pontos de encontro e dissenso entre as duas tradições, discutindo os desafios e potencialidades que ambas abordagens trazem para a prática científica nas ciências sociais.

I. A virada ontológica nos estudos sociais de ciência e tecnologia

Os estudos sociais de ciência e tecnologia (STS) compõem uma área interdisciplinar que tem como foco central o entendimento das origens, dinâmicas, práticas, instituições, significados e efeitos que as ciências e tecnologias trazem à construção da ordem social, contribuindo com um olhar focado nos complexos processos de coprodução entre sociedade e natureza na contemporaneidade (FELT et al., 2017). A história deste campo e de seu interesse em tratar a ciência e a tecnologia como produtos sociais liga-se à sociologia da ciência, sociologia do conhecimento, história da ciência e filosofia da ciência, entre outras subdisciplinas. Também é um campo marcado por múltiplas abordagens e por uma série de “viradas”, como a virada linguística, a virada prática, a virada ontológica, entre outras (LYNCH, 2013). Apesar de não se tratarem de “viradas” isoladas entre si, nem cronologicamente dispostas em uma relação de causa e efeito, neste artigo nos concentramos nas contribuições que a chamada “virada ontológica” nos STS trouxeram à mesa, particularmente a partir da Teoria Ator-Rede (TAR) (GAD e JENSEN, 2010).

Apesar de reconhecermos que esta abordagem não é a única na tradição dos STS a refletir sobre questões ontológicas, a TAR se sobressai exatamente por radicalizar a premissa fundamental dos STS acerca da coprodução entre ordem social e tecnociência ao postular que todas as entidades do mundo se constituem e reconstituem em redes híbridas de relações discursivas e materiais, o que implica a atenção às matérias, dispositivos e artefatos enquanto objetos que ao mesmo tempo em que dão forma ao social também se constituem através dele (FARIAS et al., 2020). As etnografias de laboratório conduzidas nos anos de 1970 e 1980 foram essenciais para a construção dessa reivindicação, uma vez que ao analisar o caos da ciência e da produção de conhecimento *as it happens*, observou-se que a construção de fatos científicos passa não só pelos próprios cientistas, suas crenças, interesses e relações (o social), mas também pelo ambiente físico do laboratório, como os experimentos, instrumentos, dispositivos, suprimentos e papéis (o técnico) (LATOUR e WOOLGAR, 1997; KNORR-CETINA, 1981; LYNCH, 1985; TRAWEEK, 1988). Ou seja: dispositivos e

artefatos não só intermediam as relações entre o social e o técnico (sociotécnico), mas os mediam, ou seja, modificam essas relações (CALLON, 1984). Participam na construção de fatos científicos, dessa forma, toda uma variedade de entes híbridos até então tratados como entidades separadas pelas tradições em voga no campo. O resultado metodológico disso é que há aglomerados heterogêneos na forma como a produção de conhecimento ocorre, que vão além das pessoas humanas, apontando para a necessidade de tratar de forma simétrica as entidades que contam como atores em um determinado cenário e no curso de eventos dentro de um laboratório, humanos e não-humanos. Simetria implica, então, tratar igualmente e nos mesmos termos a natureza e a sociedade (LATOURE e WOOLGAR, 1997; LATOUR, 2012).

Em outras palavras, a divisão natureza-sociedade, científico e político, tão bem sedimentadas em nossa ‘moderna’ noção de modernidade, nada mais é do que uma criação humana mal efetivada, em que híbridos se proliferam e “situações estranhas que a cultura intelectual não sabe bem classificar” desafiam (LATOURE, 2004, p. 09). O processo de obscurecimento dos híbridos e de suas práticas é o que Latour (2004) chama de purificação – realidades que já se estabilizaram relativamente e a partir das quais certas políticas, representações, discursos, relações de poder e modos de se viver se fixam. Dessa forma, ser simétrico, para além de um princípio metodológico, também significa reconhecer que jamais teríamos sido modernos, pois tal separação jamais teria, de fato, se concretizado.

Humanos e não humanos, natural e social, são, assim, entes materiais que se relacionam com outros entes em redes sociotécnicas. As redes sociotécnicas tornam as conexões entre entes materiais heterogêneos visíveis, permitindo que os entes que a compõem possam ser vistos associados como atores-rede, sendo, então, membros heterogêneos que ultrapassam a separação constitucional entre sociedade e natureza. Assim, nem a visão técnica nem a visão social se estabilizam um sem o outro, mas a partir de um esforço conjunto, ambos podem vir a ser redes juntos, sendo seus *efeitos*

(LAW, 1999). Ao privilegiar o estudo das associações, cujo caráter instável abre portas para se falar também em suas tensões, a TAR procura se distanciar das simplificações a que uma ‘sociologia do social’ tende ao reduzir a realidade sócio material a esquemas pré-definidos da ordem social, ampliando este termo e chamando a atenção para sua complexidade (MOL e LAW, 2002; LATOUR, 2012):

Para os sociólogos de associações, a regra e a performance são aquilo que tem de ser explicado, a exceção perturbadora, e qualquer tipo de estabilidade a longo prazo e em larga escala. (...). Não se trata, portanto, de um social inerte, assegurado por forças sociais externas. Há ações que estabilizam mais que outras, e sem essas ações de estabilização e demarcação de fronteiras entre formações de grupos, não existem os próprios grupos (LATOUR, 2012, p. 60).

A TAR se interessa, então, no caráter provisório da ordenação sócio material do mundo e suas controvérsias, cuja resolução seria a causa da estabilidade da sociedade e das representações da Natureza, para além de um princípio universalizante, nos termos de um materialismo relacional (MOL, 2002). É assim que é possível inferir que a TAR não trata o social como uma estrutura inerte, assegurado por forças externas, ou seja, a sociedade não seria uma realidade *sui generis*. Como aponta Sismondo (2010), a sociologia feita pela TAR lida com atores concretos, ao invés de forças macrossociológicas. Dessa forma, há ações que estabilizam mais que outras, e sem essas ações de estabilização e demarcação de fronteiras entre formações de grupos, não existem os próprios grupos” (LATOUR, 2012, p. 85). É a estabilidade dessas redes o que deve ser explicado pela TAR, partindo do princípio de que a definição do social é construída pelos próprios atores e que os termos “ator” e “rede” designam um certo tipo de circulação (LATOUR, 1999).

As noções classicamente elaboradas pelas ciências sociais são recolocadas, então, a partir da virada ontológica numa perspectiva de movimentos, ações e conexões, sendo que “o que é verdadeiro para a ciência é também verdadeiro para outras instituições. A família, as organizações, sistemas de computador, a economia, tecnologias – toda a vida social – podem ser similarmente descritas” (LAW, 1992, p. 381). A observação e descrição do mundo social e de suas relações com as ciências, as tecnologias, a medicina,

o mercado e a governança de riscos – ou como denomina Latour (1993), objetos de conhecimento, são irreduzíveis às explicações que polarizam razão de um lado e poder de outro. Dessa forma, abordagens vinculadas a essa virada opõem-se às simplificações modernas que reduzem realidades complexas a enunciados esquematizados. Essas simplificações tendem a expelir e suprimir a complexidade das práticas de conhecimento – a ciência, a tecnologia, a medicina, os governos, as leis, o mercado, relegando-a ao caos inapreensível (MOL e LAW, 2002).

O tropo da ordem única que reduz a complexidade (ou que está fadado à falha em suas tentativas de fazê-lo) começa a perder seu poder quando a ordem é multiplicada, quando a ordem se transforma em ordens. [...] Quando os investigadores começam a descobrir uma variedade de ordens - modos de ordenação, lógicas, quadros, estilos, repertórios, discursos – então a dicotomia entre simples e complexo começa a se dissolver. Isto é porque várias "ordens" de objetos, tópicos, campos semelhantes nem sempre reforçam as mesmas simplicidades ou impõem os mesmos silêncios. [...] Em particular, a descoberta da multiplicidade sugere que não vivemos mais no mundo moderno, localizado dentro de um único epistème. Em vez disso, descobrimos que vivemos em mundos diferentes [...], descobrimos que estamos vivendo em dois ou mais mundos vizinhos, mundos que se sobrepõem e coexistem (MOL e LAW, 2002, p. 07).

A virada ontológica nos STS se baseia em uma “ontologia empírica”, em que efeitos e eventos produzidos na prática propiciam a emergência de novas entidades sociais, múltiplas, abandonando o interesse em definições que enquadram o real como uma condição universal, apriorística. “Ontologia empírica”, ou “materialismo relacional” encontra ressonância na ideia de *enactments*, termo de difícil tradução para o português, que indica “um novo sinônimo para performance”, e “reivindica que as relações, e assim realidades e representações de realidades estão sendo infinita ou cronicamente trazidas à existência em um processo contínuo de produção e reprodução, e não têm status, posição ou realidade fora desses processos” (LAW, 2004, p. 159). Se a natureza das coisas não está dada a priori e a realidade é uma consequência de relações materiais, compostas e recompostas, então o mundo é melhor concebido como múltiplo (MOL, 2002). Nesse sentido, essa abordagem procura contornar a linguagem representacional da epistemologia e a qualificação de pontos de vista diferentes sobre um só mundo (mononatural,

multicultural), em favor de uma visão que se direciona mais diretamente à composição de mundos. Sendo assim, alerta para diferenças entre versões de mundos que não se reduzem à disparidade das perspectivas universalizantes. Em outras palavras, ocorre uma mudança de foco da questão de “como podemos conhecer algo?” para uma questão ontológica: “quais coisas podem existir, ou como as coisas são *enactadas*?” (MOL, 1999).

Trata-se de um desejo e uma tática constitutiva do campo dos STS. Esta tática, segundo Woolgar e Lezaun (2013), seria não de fornecer respostas mais satisfatórias para velhas questões epistemológicas, mas sim apresentar uma alternativa aos estudos da epistemologia, deslocando-se da estrutura que lhe concedeu sua qualidade central e intrusiva: o uso situado de conceitos teóricos grandiosos e sua tendência de tratar as múltiplas formas em que um mundo singular é representado (HOLBRAAD e PEDERSEN, 2017). A virada ontológica seria, então, a mais recente “tática deflacionária” da disciplina, dirigida ao desejo explícito de “evitar ser pego na descrição e qualificação de perspectivas” (WOOLGAR e LEZAUN, 2013). Dessa forma, a TAR se distancia da análise das construções sociais, ou da forma como a realidade exterior pode ser representada por palavras, conceitos e discursos. Não se trata de palavras representando coisas externas, mas mundos e palavras que se “fazem” em conjunto (LAW, 2004, p.33). Desse modo, a realidade “lá fora” é constituída ou alcançada, ao invés de ter uma forma pré-determinada, ou seja, a natureza, não estando à parte da sociedade, não é o árbitro externo que resolverá controvérsias sociotécnicas. Pelo contrário, a relativa estabilização de certas associações traz a natureza enquanto seu resultado, sua consequência, ou ainda, seu efeito, sendo a causa das representações sobre a natureza:

As realidades são produzidas juntamente com as declarações que as relatam. O argumento é que elas não são necessariamente independentes, anteriores, definidas e singulares. Se eles parecem ser assim (como costumam parecer), então isso é um efeito produzido na prática (LAW, 2004, p. 38).

Práticas localizadas e configuradas de diferentes formas terão efeitos ontológicos diversos, gerando tipos diferentes de entidades, e, portanto, situacionais, sem um esquema ontológico geral para classificá-los (MOL e LAW, 2002, p. 07). Isso significa dar atenção às realidades que ficam de fora

das simplificações, a diferença, uma vez que multiplicidade é sobre coexistências em um dado momento, que se interferem, e que “oscilam interminavelmente entre a presença e a ausência” (Idem, p. 18). Como elas interagem é a questão, o que Mol (1999) denomina de políticas ontológicas. O termo política sublinha o processo de formação de mundos, de caráter aberto e contestado, sujeito à conformação de ordens alternativas no campo relacional:

Se o status ontológico das entidades é uma realização dentro de um estado de fluxo contínuo, o desfecho temporário de práticas, interações e intervenções, então a constituição da realidade é intrinsecamente política porque determina maneiras de existir e de relacionar entidades humanas e não humanas umas com as outras (PELLIZZONI, 2015, p. 76).

Nesse sentido se desvincilha da noção de ontologia tal como preconizada pela metafísica “moderna”, preocupada com o que existe e com o que compõe a realidade lá fora (LAW, 2004). Ontologia, no sentido aqui referido, é então inseparável de suas políticas: se realidades, mundos múltiplos, são trazidos a efeito a partir de múltiplas práticas, diferentes realidades podem se conformar, a depender dos caminhos que as entidades tomam, se coordenam ou se excluem (MOL, 1999).

2. O papel da linguagem na ampliação ontológica nas ciências sociais: observações a partir do exercício da etnografia

Tendo em vista a reflexão sobre os contornos da virada ontológica nas ciências sociais, a questão da linguagem se apresenta como um interessante mote para apontarmos a construção de outros agentes epistemológicos na produção acadêmica. Nesse sentido, o exercício etnográfico sublinha a partir de exemplos empíricos tanto a necessidade da desconstrução das categorias epistemológicas modernas, tal como, a relevância do reconhecimento de outras formas de conhecer e outros agentes ontológicos. A partir de determinado referencial antropológico contemporâneo elencamos alguns estudos que indicam uma virada ontológica especificamente a partir da linguagem. Nesta seção do texto, entendemos a linguagem como elemento de fornecimento de significado cultural e unidade que congrega as epistemologias

e as formas de vida de uma sociedade. Há um resgate de epistemes marginalizadas no processo de modernização ocidental e que, na perspectiva de liberação dessas formas de conhecimento impressas na linguagem, existe o movimento de ampliação do mundo e de reconhecimento das diferentes formas de vida. Os esforços de pesquisa de Oyèrónké Oyewùmí (2016) e Marisol De La Cadena (2015) são representativos de tal perspectiva.

Nas pesquisas de Oyewùmí (2016) e De La Cadena (2015) a rejeição às categorias ocidentais se expressam esquematicamente no problema da tradução, ou melhor, da transposição de conceitos entre línguas. O trabalho empírico de resgate de outras narrativas, portanto, ao mesmo tempo que mobiliza experiências culturais para o confronto com uma visão hegemônica da modernização, por outro lado, abrem espaço para outros horizontes ontológicos. Viveiros de Castro (2018) sublinha o problema da tradução em sua reflexão sobre o papel da antropologia na tradução de conceitos entre antropologias. Para o autor, a necessidade de um “controle” nas traduções se mostra imprescindível para uma ampliação de nossas visões cosmológicas: uma boa tradução é uma que permite que os conceitos alienígenas deformem e subvertam a caixa de ferramentas conceitual do tradutor para que o *intentio* da língua original possa ser expresso dentro da língua nova (VIVEIROS DE CASTRO, 2018).

A transposição conceitual no processo de tradução impõe um movimento de ampliação da compreensão de outras formas de vida. Do ponto de vista do debate ontológico, a mobilização de conceitos de uma raiz conceitual dissociada das categorias ocidentais impostas no processo de colonização/modernização, promove a consolidação de criação de perspectivas de outros mundos possíveis dentro das ciências sociais e contribui com a construção de outros sujeitos e as “múltiplas formas de fazer mundos” (BLASER, pp. 35-36, 2018).

O papel da linguagem no debate ontológico, portanto, se mostra importante ao sintetizar as disputas e os conflitos entre modos de vida, tal como indicam, através das tensões, a possibilidade de outros entendimentos sobre a relação entre natureza, humanidade e território (DE LA CADENA,

2018). Nesse sentido, o aspecto de conflito é inerente às tentativas de ampliação das compreensões ontológicas, pois novos sujeitos ontológicos emergem sempre em disputa com os sujeitos ontológicos estabelecidos. Para Blaser (2009), uma parte do campo de reflexão sobre ontologia se detém ao foco do conflito ontológico e seus desdobramentos políticos.

Se o pensarmos para o debate ontológico das ciências sociais, numa visão de sua história intelectual, as proposições sobre o assunto estiveram de forma marcada no campo filosófico e apresentam elementos representativos do aspecto do conflito entre ontologias. No entanto, na reflexão contemporânea do assunto, autores como Lukács (2012), Bhaskar (2007), Manuel Delanda (2006) se destacam por importantes contribuições para uma ampliação do escopo ontológico nas ciências sociais. Cada um à sua forma apresentou uma nova construção de categorias importantes para a discussão ontológica contemporânea.

Pode-se indicar na obra “Para uma ontologia do ser social”, de Lukács (2012) um passo decisivo para a abordagem contemporânea do tema da ontologia. No livro, Lukács visa reabilitar a reflexão ontológica presente na obra de Karl Marx. A ontologia do ser social marxista parte do pressuposto da formalização de uma ontologia geral, constituída racionalmente nas bases do mundo moderno. Lukács reconhece que, no palco da história, diversas ontologias colocaram-se em disputas, posto que a partir delas se construíram noções sobre a realidade. Está em jogo na reavaliação da herança intelectual marxista de Lukács o reconhecimento de um novo agente econômico na história: a classe trabalhadora. Lukács enxerga na construção teórica de Marx essa formação de um novo sujeito da práxis que emerge das contradições do capitalismo moderno.

Esse olhar para a construção da moderna ontologia marxista, para Lukács (2012) foi decisivo para o reconhecimento de um outro agente de transformação histórico. A ontologia do ser social, num contexto posterior a produção de Karl Marx, passa a ter que se defrontar tanto com um novo sujeito de produção de conhecimento, como também, com novas categorias que são

determinantes de uma outra visão das transformações históricas, tal como a concepção de trabalho, produção e valor. Para nossa reflexão sobre a ontologia nas ciências sociais a proposta de Lukács (2012) importa por dois motivos: 1) Em primeiro lugar porque indica que toda nova construção ontológica nasce do confronto direto com a visão ontológica hegemônica de sua época. No caso analisado pelo autor, a nova ontologia do ser social de Marx em disputa com as concepções oriundas da economia burguesa; 2) o segundo aspecto destaca que o reconhecimento de novos agentes ontológicos congrega consigo uma ampliação de categorias para o entendimento das relações sociais e da natureza.

Lukács escreveu suas proposições ontológicas na década de 1960. Na década seguinte,

Roy Bhaskar (2007) dá novo fôlego ao debate em ontologia nas ciências sociais ao atrelar a discussão de ontologia num debate mais amplo das ciências. O autor sublinha que tal debate se desloca processualmente rumo à reflexão sobre o papel da ontologia na produção de conhecimento. Para Bhaskar (2007) a naturalização ontológica na teoria e a normatividade ontológica implícita na estrutura da ciência devem ser confrontadas num movimento de reconhecimento das diversas possibilidades de ser. Um ponto chave do argumento de Bhaskar (2007) é a questão da comunicação pois é por meio dela que se criam os mecanismos de identificação e entendimento do outro.

A discussão ontológica promovida por Bhaskar dá um passo decisiva em razão de incorporar a noção de interdependência para pensar relações entre sujeitos-sujeitos no conhecimento, isto é, a ideia da existência de um diálogo baseado na constituição e no encontro entre diferentes linguagens para a confecção de novas formas de escrita⁴. Em certo sentido, a defesa de

⁴A noção de interdependência sublinhada na obra de Bhaskar, como reconhece o autor, tem seu lastro num debate com Martin Heidegger. A superação de uma noção cerrada “sujeito-objeto” parte do pressuposto de uma crítica a normatividade científica moderna. Para Bhaskar (2007) falar sobre outro ser humano implica reconhecê-lo, como indicamos, como existência participante na formulação de um discurso. No entanto, tal perspectiva, emerge de uma ideia que essa relação discursiva é a base de uma ontologia inclusiva orientada por uma noção enfática de justiça. Nessa perspectiva, o desenho ontológico de Bhaskar, se orienta num duplo movimento, por um lado de crítica a omissão científica em reconhecer a sua ontologia mobilizada na produção de conhecimento, por outro lado, uma defesa ontológica de “outras” ontologias.

Bhaskar (2007) sugere um tensionamento da normatividade fechada da ontologia moderna, sobretudo, na defesa do argumento de que o conhecimento deve-se pautar numa ideia de sujeito-sujeito e no entendimento do outro como interlocutor (BHASKAR, 2007).

Outro autor importante na constelação reflexiva do tema da ontologia é Manuel Delanda (2006). Ele se dedica em seus textos a questionar o caráter fechado na noção de “social”. Para Delanda, há uma necessidade de ampliação do escopo e dos cânones da reflexão nas ciências sociais e é na discussão ontológica que ele aponta a chave para a emergência de uma nova agenda que permita o entendimento de outras visões sobre o ser.

Delanda (2006) defende o que chama de uma ontologia plana (*flat ontology*) que incorpora na reflexão o conjunto de entidades que compõem o “social”. Por meio do conceito de *assemblages*, ele propõe compreender as relações de reciprocidade que envolvem as entidades (indivíduos e organizações) em seus movimentos de interação. O novo entendimento ontológico que emerge da produção de Delanda, portanto, contribui com a discussão na sociologia, na medida em que abre espaço para o entendimento de composições mais amplas a respeito do que é o “social”. As entidades entendidas sob o signo do múltiplo visualizadas no conjunto de *assemblages*, abrem um caminho para uma ontologia independente da consolidada historicamente no ocidente.

Nesse sentido, do movimento de absorção da agenda ontológica na sociologia contemporânea e do decorrente reconhecimento de outros sujeitos acadêmicos e políticos na produção de sentidos das ciências sociais, observa-se, por um lado, a ampliação do entendimento sobre o “social, por outro lado, um progressivo movimento de questionamento dos cânones do projeto epistemológico moderno. A partir daqui, após explicitarmos os pontos de partida da discussão ontológica nas ciências sociais, podemos centralizar nosso argumento na questão do papel da linguagem no reconhecimento de outros contornos ontológicos. Defendemos que, por meio da recuperação de significados na linguagem, as ciências sociais passam a dar visibilidade para

outros sujeitos históricos como agentes intelectuais de transformação da realidade. Por essa perspectiva, a etnografia se mostra como procedimento fundamental, uma vez que, é por ela que outros significados culturais retomam um estatuto de existência nas ciências sociais.

Desse ponto de vista, a antropologia se destaca por seu papel fundamental para a “virada ontológica” já que abre espaço para o reconhecimento ontológico da multiplicidade de formas de existência e, sobretudo, da relação entre ontologia e política (VIVEIROS de CASTRO et al., 2014). Por outro lado, na intersecção entre existência e política, o pensamento de confrontação das bases eurocêntricas da sociologia, sobretudo o de tradição intelectual pós-colonial e decolonial, sublinham o importante desenho de construção de uma matriz ontológica construída para além dos valores impostos no ocidente⁵ (KIM, 2019). Indicamos agora a partir do exemplo de duas autoras contemporâneas o modo como a etnografia contribui para a construção de outros sujeitos ontológicos, tal como, a forma como as fricções na linguagem ampliam o entendimento sobre outras formas de organização do mundo.

Oyèronké Oyewùmí (2016) questiona os paradigmas impostos pela modernidade colonial a partir do conhecimento Yorúbá. O trabalho de Oyewùmí sublinha a importância da liberação de epistemologias marginalizadas no processo de colonização. À luz do conhecimento Yorúbá, portanto, a autora enfatiza como *indigenous concepts* podem impor outras questões ontológicas para as ciências sociais. Sua obra visa contrapor o processo de “apagamento” promovido pela imposição de categorias ocidentais para a interpretação do mundo, nesse sentido, seu trabalho possui um aspecto de resgate histórico de elementos culturais soterrados pela imposição de sistemas culturais ocidentais.

⁵ Hwansuk Kim (2019), seguindo o argumento de Gurminder Bhambra, sublinha importantes linhas para a reflexão ontológica e sua relação com a sociologia. Para ele, a ontologia, antes de mais nada, significa um desafio aos cânones estabelecidos nas ciências, sobretudo, a partir da discussão epistemológicas promovidas pelas correntes pós-coloniais. A ideia do autor é que, de tal desafio, a ciência possa pensar o desenho dos seus próprios objetos de estudo, compreendendo em suas particularidades e com seus vínculos com a história não-eurocêntrica.

Na discussão sobre instituições sociais e gênero, Oyewùmí (2016) aponta como categorias ditas “universais” na modernidade, a exemplo do gênero, são na verdade construções hegemônicas impostas no contato colonial. A instituição da *Iya*, vista historicamente como uma instituição de gênero na modernidade, para Oyewùmí (2016) demonstra o exemplo primordial da imposição de uma visão institucional ocidental para a interpretação de outras realidades.

No centro deste livro está uma discussão da instituição de *Iya* (maternidade), historicamente a categoria mais importante na organização social, política e espiritual. O objetivo é documentar a epistemologia indígena que foi deixada de lado à medida em que a nova epistemologia colonial saturada de gênero ganha ressonância cada vez mais profunda na cultural. O argumento aqui é que a categoria *Iya* não é originalmente uma categoria de gênero (OYEWÙMÍ, 2016, p. 2, tradução nossa).

Nos sentidos da cultura Yorùbá, a autora destaca o conceito de *matripotency* (supremacia da maternidade) como contraponto a imposição de um sistema colonizado de entendimento do mundo (OYEWÙMÍ, 2016). Nesse sentido, a ideia retomada de *Iya* é importante na construção do argumento da autora, pois com ela se constroem um outro sentido de práticas sociais, conseqüentemente, uma outra visão ontológica. As categorias de gênero, embora encontrem-se numa construção crítica na contemporaneidade, no sentido do argumento de Oyewùmí, refletem concepções coloniais de classificação social⁶. Nas formas de classificação do mundo Yorùbá, o gênero não é um elemento de informação classificadora.

Em consonância com a tradição Yorùbá emerge uma “ontologia sem gênero” (*non gendered ontology*) no qual o fator de classificação social primordial é a *seniority* (OYEWÙMÍ, 2016). Nesse sentido, as categorias dominantes do ocidente de classificação do mundo encontram nas barreiras da cultura não-ocidental, especificamente, limites para uma visão

⁶ O estudo de Oyèrónké Oyewùmí (2016) pode ser lido numa chave de crítica ao feminismo ocidental, especificamente, numa crítica ao não reconhecimento da categoria de gênero como resultado de um processo histórico de colonização. A autora quer se contrapor a visão de que, o gênero, é uma forma de organização inerente a natureza humana e que, embora contemporaneamente tome proporções globalizadas, a concepção deve ser entendida em sua construção na história do processo de colonização e modernidade.

universalista⁷. As hierarquias impostas na colonização das formas de vida, isto é, na imposição de sistemas, mostram o problema da universalização de ontologias para o entendimento de outras formas de organização do mundo. Para além da retomada etnográfica de categorias de organização do mundo do Yorùbá, Oyewùmí enfatiza o papel do sistema de conhecimento oral *Ifá*.

Dessas breves notas apresentadas sobre o trabalho de Oyewùmí (2016), notamos como um ponto de fundo reflexivo, o problema da tradução. Pensamos a ideia de tradução como: o esforço de encontro de estruturas, formas de organização e conceitos equivalentes entre as culturas. O ponto se torna um problema, na medida em que, a tradução opera na tentativa de equivalência de categorias oriundas de uma lógica colonizada de classificar o mundo. Do ponto de vista sociológico, a tentativa de “traduzir” um mundo social por meio de conceitos ancorados em realidades particulares se efetivam em diversas expressões do etnocentrismo. Trazendo para a discussão sobre ontologia, a colonização, a universalização de categorias, o etnocentrismo sociológico, cerceiam a inclusão de outras ontologias, na medida em que, o problema da linguagem não é tratado em sua complexidade cultural. O que parece estar em jogo em tal argumento é que, há na multiplicidade de formas de vida, um problema intransponível da “equivalência” conceitual, ou melhor, um problema da impossibilidade da tradução universalizante. Dito em outras palavras, as divergências na linguagem assinalam singularidades culturais que distanciam uma visão universalizante da ontologia. Por esse aspecto, o debate ontológico sempre acrescenta mais uma camada no entendimento, destacando novos atores e arranjos socio-culturais de construção da vida.

A obra de Marisol de la Cadena (2015) é representativa de um movimento de ampliação ontológica também via procedimento etnográfico. Em sua pesquisa realizada no Peru, a autora efetiva um redesenho do trabalho acadêmico ao propor a partir da noção de *co-laboring* a participação efetiva das comunidades peruanas na confecção da pesquisa. As narrativas, portanto, são incorporadas ao trabalho etnográfico num movimento

⁷ Sobre a questão, destaca a autora no capítulo sobre a matipotency: “A ideia de que *l̥yá* é uma categoria sem gênero não deve ser difícil de entender se partimos da premissa de que o conceito emana de uma episteme diferente do gênero-saturado euro-americana universalizada” (OYEWUMÍ, 2016, p. 59).

geométrico entre a pesquisadora e o sujeito de pesquisa. O que importa de tal argumento é que, no sentido de uma ampliação ontológica, tal sensibilidade etnográfica leva ao redesenho da concepção de ontologia, sobretudo, num sentido de crítica a normatividade ocidental. Nesse sentido, a partir dos diálogos com Nazario e Mariano, Marisol de la Cadena apresenta uma complexa rede de conhecimentos que mobiliza as relações entre *Tirakuna* (seres da terra) e os *Runakuna* (pessoas) (DE LA CADENA, 2015).

A geometria ontológica defendida no texto tanto amplia os entendimentos da forma de ser social, como também sugere na questão da tradução uma chave para o reconhecimento de outros horizontes ontológicos. Essencialmente, a questão da tradução está alinhada a uma teoria da linguagem. O problema toma contornos ontológicos, na medida em que, a não existência de significados equivalentes entre as culturas implica na ampliação das visões de mundo⁸. No trabalho de Marisol de la Cadena (2015) é como se dá a impossibilidade da tradução houvesse um estímulo para a expansão dos sentidos ontológicos de entendimento da realidade. A tradução da visão de mundo e das práticas do mundo andino opera num movimento de ampliação da política ontológica. Como mostra a autora, a “montanha” não significa apenas “montanha”, pois, os seres da terra possuem uma ontologia própria valorizada, mas que, no entanto, entram em confronto com a ontologia colonizada da modernidade. No sentido de confronto das ontologias políticas, diz a autora:

Como atores no campo da política moderna, os *tirakuna* são crenças culturais e, como tal, questões frágeis de preocupação política quando confrontadas aos fatos oferecidos pela ciência, economia e natureza. Assim, para salvar a montanha de ser engolida pela corporação de mineração, os próprios ativistas – *runakuna* incluído – retiraram *tirakuna* da negociação. Sua diferença radical excedeu a política

⁸ Tal movimento aparece no próprio esforço de tradução das ideias de *Tirakuna* e *Runakuna*. Marisol de la Cadena (2015) argumenta que as distinções entre humanos e natureza, nas comunidades andinas estudadas por ela, perpassam por um complexo entendimento das interações entre esses dois atores. O destaque ao conceito local visa, nesse sentido, sugerir a imposição de outras formas de conhecimento, mas, sobretudo, apresentar os sentidos de novas práticas entre os humanos e os seres da terra. Por essa perspectiva, a discussão ontológica toma contornos práticos de uma prática política de reconhecimento de outros sujeitos. No livro *Earth Beings – ecologies of practice across andean worlds*, a questão da tradução toma contornos mais complexos, uma vez que, a autora se vê inserida na presença de três mundos linguísticos: o de língua inglesa, espanhol e linguagem dos povos andinos de Turpo. Cada linguagem à sua forma, expressa o mundo do modo de sua cultura. Na perspectiva etnográfica adotada no livro, a autora se coloca como uma mediadora entre tais mundos.

moderna, que não podia tolerar que fossem outra coisa senão uma crença cultural (DE LA CADENA, 2015, p. 275).

De la Cadena (2015) reconhece que sua etnografia assume uma postura de consciência ontológica que se coloca em disputa com as visões políticas modernas. Do ponto de vista do trabalho empírico da autora, podemos propor um alinhamento do debate ontológico ao problema da tradução (teoria da linguagem) e, como desdobramento prático para a questão da ontologia política, uma proposta de pesquisa de sistemas de cosmovisões para além do imposto pela visão de modernidade. Tais elementos entram na composição da pesquisa etnográfica da autora como estímulo para um movimento de contraponto crítico às visões restritas das formas de representação do mundo consolidado no entendimento que a sociologia tem do mundo.

O conceito de pluriverso congrega tais perspectivas. Num artigo de Mario Blaser e Marisol de la Cadena (2018) o elemento de divergência ontológica, naturalmente, também de divergência política, emerge como substrato para uma defesa ambientalista. O impacto das ações no antropoceno, tal como o avanço do extrativismo e da exploração das riquezas naturais, é visto pelos autores como o resultado de um entendimento ontológico colonial. Nesse sentido, a oposição à ontologia da colonização mostra-se como elemento fundamental para a construção de contrapontos políticos. O ponto importante ressaltado por ele diz respeito a prática acadêmica, a saber: a partir do exercício etnográfico que se apresentam outras experiências de visão de mundo, outras formas de práticas sociais e outras ontologias.

Nesse sentido, o pluriverso emerge como uma perspectiva etnográfica: “Composto etnograficamente, esses conceitos emergem com a consciência de que a constituição de práticas são, assim, ferramentas de mundo. Como tal, conceitos etnográficos permanecem dentro do campo da política ontológica.” (BLASER e DE LA CADENA, 2018). Na perspectiva dos autores, a questão da política ontológica emerge dessa disposição acadêmica para olhar para concepções plurais do mundo. A ideia de Blaser e de la Cadena (2018) é

“retrabalhar” o imaginário político por meio do reconhecimento do pluriverso como chave para um entendimento mais diversificado das formas práticas de ação no mundo.

Portanto, do que foi dito a respeito do movimento de “virada ontológica” nas ciências sociais, em específico, a partir do papel da etnografia e da reflexão da linguagem para o reconhecimento de outros sujeitos ontológicos, observamos uma condição geral para os debates em sua história. A crítica ontológica nos contornos do nosso debate sublinha a emergência de um outro sujeito epistemológico no sentido de que o questionamento visa abarcar uma pluralidade não encontrada no cânone epistemológico moderno. Um outro sujeito histórico, o reconhecimento de formas de vida não-ocidentais, novas concepções a respeito da ideia de natureza e do “social”, são sinais captados pelo debate ontológico e traduzidos em novos sentidos científicos e políticos.

3. Virada Ontológica na Antropologia: mais apontamentos sobre a linguagem e etnografia

Após as aproximações aos movimentos de virada ontológica nos estudos sociais de ciência e tecnologia e as reflexões apresentadas sobre o papel da linguagem na ampliação ontológica nas ciências sociais a partir de elementos tais como a etnografia, atentando-se a uma diversidade de apontamentos teóricos, nos debruçaremos agora sobre como esses movimentos ocorrem em determinadas áreas da vasta produção antropológica. É fundamental, diante dos contextos já apresentados, a síntese argumentativa que leva ao questionamento: diante de que e sobre quem se escreve? Sobre quem e para quem as teorias são criadas e grafadas? Para assim, pensarmos em uma possível reversibilidade das teorias sociais e processos sobre mundos outros. Questionamentos dessa natureza levam a crítica ao modelo clássico de produção antropológica, onde outras questões surgem como a criação do sensível, a sensibilização aos afetos e afecções e a abertura para as alteridades radicais, assim como pudemos entrar em contato com os exemplo de De La Cadena (2015) e Oyewùmí (2016) na sessão anterior.

Se *outros mundos* existem e coexistem com os *nossos mundos*, entendidos como hegemônicos, esses outros mundos e pontos de vistas devem ter lugar no que entendemos por teoria social. Pluralizar os mundos e os termos, engajar-se na luta para que as ideias distintas sobre os humanos tenham lugar nas teorias sobre estes, vai além de tornar elástica as noções de pessoas e grupos humanos, mas de ser capaz de reconhecer o direito à diferença desses grupos, diferenças essas que devem ser conhecidas nas etnografias e marcadas na escrita: seria esse os movimentos das ontologias virarem o que entendemos por representação? Entender que *terra*, *território*, *natureza* não são noções estanques e podem significar o mesmo que pessoa ou parente em contextos não marcados⁹ não é tarefa simples e mobilizar as grafias em prol da manifestação dos mundos distintos, para nos apegarmos aos termos utilizados por De La Cadena exige que os *excessos* sejam vigiados e também que as *equivocações* sejam controladas.

A etnografia, de onde partem essencialmente os dados, as experiências e as vozes das pessoas que são a matéria prima dos movimentos teóricos, é também a definidora da inclusão ou exclusão das diferentes existências nesses processos que sempre são políticos. Os termos em que essas escolhas se dão, porém, são um tanto quanto complexos e carregam consigo, em primeiro plano o que De La Cadena chama de “capacidade de compreensão”. A autora cunha tal termo ao defrontar-se, em sua etnografia, com as disputas de poder e ontológicas -por que não?- entre o estado peruano e etnia indígena AwajunWampi. Em mais um capítulo, dentre tantos, de disputas de terra e território entre populações nativas e as forças do “desenvolvimento” motivadas pelo estado, De La Cadena, depara-se com o seguinte questionamento de um de seus interlocutores: “O governo nunca perguntou: vocês querem se desenvolver?”. Santiago Manuín Valera, de quem parte a provocação, reivindica a participação de seu povo em uma questão que os toca

⁹ Aqui fazemos referência às noções manejadas por Manuela Carneiro da Cunha em “Culturas com aspas” (2009). A autora entende como contextos marcados, aqueles que são facilmente universalizados, que fazem parte do que se entende por hegemônico. Os contextos e culturas não marcados, por sua vez, seriam aqueles que estão muitas vezes em minorias étnicas e pertencem ao que entendemos por *outros mundos*, onde operam as relações de alteridade.

diretamente, ou seja, reivindica o papel de sujeito para si e os seus numa disputa que lhes implica fatalmente.

O questionamento de Santiago Manuín Valera pertencente à etnia indígena peruana AwajunWampí presente na argumentação de De La Cadena (2018) sobre os encontros e choques entre heterogêneos mundos que se distinguem e excedem, servem para instigar outra reflexão que aqui nos interessa: aos “outros” foi questionado se queriam e como queriam se representados e grafados? Trata-se de um exemplo em que diferentes discursos e noções operam sobre um mesmo campo de conflitos e como essas disputas narrativas são grafadas define a presença ou o silenciamentos das ontologias em questão, não apenas isto: a capacidade de querer ou não compreender o outro, ou seja, o interesse limitado de impor o ponto de vista de si sobre outras realidades impõem diferentes disputas narrativas. O fato é que essas outras ontologias desafiam a voz que se quer unicamente soberana do estado hegemônico sobre tudo o que deveria ser de seu domínio, esses pontos de vistas outros anulam, na medida em que ambos são soberanos sobre si, as afirmações totalitárias sobre todos os povos e nações e, portanto, não reconhecem os mandos e desmandos sobre as suas vidas e seus territórios e terras. Contudo não se deixar capturar pelas soberanias hegemônicas não impede que estas atuem sobre e destruam as lógicas que não contribuem com a sua expansão em detrimento de suas vidas. São arenas de disputa onde discursos muitas vezes antagônicos estão em questão, é aí que as etnografias que versam sobre essas disputas têm a possibilidade de silenciar ou ecoar as diferentes vozes que se perpassam e sobrepõe, questionando também o lugar que os pesquisadores assumem nessas arenas. Nesse sentido, a compreensão dos contextos em questão é parte fundamental no reconhecimento dessas diferenças quando os conflitos são ontológicos, como no caso etnográfico presente na argumentação de De La Cadena, que se trata da disputa de posse entre os povos autóctones daquela região e as forças de expansão do estado, “ao irromper publicamente, o conflito representa um desafio intolerável ao Estado, e a resposta a ele pode ser a erradicação de suas raízes: a negação

dos termos de existência AwajunWampi. Assim visto, o conflito é ontológico” (DE LA CADENA, 2018, p. 98, 2018).

Em arenas políticas de disputas como essa, o equívoco surge então como um fator inevitável, porém controlável, como defende Viveiros de Castro (2018). Inevitável não apenas pela posição distinta dos sujeitos em uma mesma disputa, mas pelas origens mesmas de onde partem essas relações e os interesses inerentes a elas. A questão da representação, apenas, já poderia levar essa discussão para outros cantos, aqui importa dizer: virar ontologicamente as escritas, de certa maneira, já expurga a possibilidade mesma da existência da representação em nossas escritas do que vem a ser os outros e seus mundos, como afirmou Viveiros de Castro (2018): o antropólogo não é ventríloquo de “seus nativos”. Dito isso, a etnografia é, por excelência, o exercício clássico do *métier* dos cientistas sociais, ou pelo menos de muitos daqueles que se propõe a aproximação a mundos outros. Nessa empreitada três aspectos já se colocam de antemão. O primeiro é o fato de que os sujeitos envolvidos, pesquisador e pesquisados, muitas vezes são adeptos e pertencentes a mundos e culturas distintas¹⁰, uma primeira diferença crucial já está marcada aí: a priori esses sujeitos não se entendem sem que esforços e ferramentas sejam manejados e ainda assim, o uso dos mesmos não define por si o sucesso do empreendimento. O segundo aspecto que chamamos a atenção é: para quem se escreve? A depender se a etnografia é direcionada a própria academia e aos pares, a um laudo para um órgão estatal ou uma organização não governamental ou até mesmo para a própria comunidade, estando a serviço das pessoas pesquisadas, para citar apenas alguns exemplos, a forma em que as pessoas estão ali inscritas sofrem diferentes edições e manipulações. O terceiro e último aspecto que aqui pode nos ser útil é: qual o objetivo de nossa escrita? Quais efeitos políticos pretendemos gerar com as nossas etnografias? A defesa e o direito à diferença? Um acordo entre forças antagônicas e desproporcionais? Dentre as muitas

¹⁰ Reconhecemos aqui o aumento e a importância de profissionais indígenas nas Ciências Sociais, enquanto antropólogos e sociólogos. Pedimos licença para nos referenciar aos casos em que majoritariamente os sujeitos pesquisadores são parte da cultura hegemônica, o que se entende por Estado, não nativos. Fazemos isso ao nos deparar especialmente as etnografias clássicas que inspiram as referências aqui utilizadas.

outras possibilidades de resposta a essa pergunta, e dentre outros aspectos possíveis, apeguemo-nos a esses três para o exercício aqui proposto.

Dito isso, concentremo-nos no que Viveiros de Castro (2018) chama de “equivocação controlada” para pensar a questão da etnografia nesses jogos de poder e disputas e também as questões sobre a diferença colocadas por De La Cadena. Partindo pelo que a autora chama de “capacidade de compreensão” para o reconhecimento da diferença nesses contextos, é justamente sobre as nuances que podem adquirir as capacidades de compreensão de outros mundos que Viveiros de Castro se debruça. Partindo já da impossibilidade da não equivocação, uma vez que a posição distinta dos sujeitos já os coloca em lugares dessemelhantes perante os seus e outros mundos, ao menos, essas posições podem ser vigiadas e devem ser controladas. Para tanto a argumentação do autor parte já da premissa que as ciências sociais, especialmente a antropologia, são essencialmente ciências que partem do exercício de comparação. É a comparação, como uma regra constitutiva da disciplina, nas palavras do autor, entre seres e modos distintos que permitem aproximações e distanciamentos entre mundos. Ocorre que o exercício de comparação, nas relações entre pessoas que pertencem a diferentes prerrogativas culturais, não é tarefa exclusiva do antropólogo ou pesquisadores. Em uma relação desse tipo, todos os sujeitos envolvidos usam da comparação para entender o outro, a alteridade é capturada- para bem ou para mal- por meio de figuras e analogias familiares, é preciso que o outro faça sentido também na linguagem do nativo, seja ele quem for, para que uma relação qualquer seja possível.

Mas a comparabilidade direta não necessariamente significa tradutibilidade imediata, do mesmo modo que a continuidade ontológica não implica em transparência epistemológica. Como podemos restaurar as analogias traçadas por povos amazônicos dentro dos termos de nossas próprias analogias? O que acontece com as nossas comparações quando as comparamos com comparações indígenas? (VIVEIROS DE CASTRO, 2018, p. 250).

A comparação, ou seja, a tentativa já de “tradução” do outro para os referenciais de origem de onde parte o exercício comparativo, é então um ato que deve ser vigiado para que a equivocação – como condição inalterável – seja

controlada, domesticada, caso contrário, a tradução que já é uma traição do outro está fadada ao fracasso. Viveiros de Castro defende que para haver o que La Cadena entende por “capacidade de compreensão” do outro, os referenciais de onde partem as comparações devem obedecer não cegamente a uma parte em relação a outra, mas as comparações tradutivas devem ser feitas entre as antropologias e não meramente entre atores, dessa maneira:

Na antropologia, a comparação está a serviço da tradução e não o contrário. A antropologia compara *para que possa traduzir*, e não explicar, justificar, generalizar, interpretar, contextualizar, revelar o inconsciente, dizer o que não precisa ser dito, e assim por diante (Idem).

Como afirma o autor, parafraseando terceiros, uma boa tradução é aquela que trai mais a língua de destino que a língua de origem. Para tanto, a comparação direta entre mundos, ou seja, aquela que obedece aos parâmetros de um ou outros contextos podem se mostrar perigosas, uma vez que as relações intraculturais muitas vezes não são correspondentes. O controle está em fazer as comparações entre as relações referenciais distintas que possuem significados aproximados, um exemplo clássico é o caso relatado por Lévi-Strauss em *Raça e História* rememorado no argumento de Viveiros de Castro: em Porto Rico, poucos anos após a chegada dos europeus nas Américas, enquanto estes estavam ocupados de saber se as populações nativas destas terras tinham alma, “estes últimos dedicavam-se a afogar os brancos feitos prisioneiros para verificarem, através de uma vigilância prolongada, se o cadáver daqueles estava ou não sujeito à putrefação” (LEVI-STRAUSS, 1973, p. 384, *apud* VIVEIROS DE CASTRO, 2018, p. 253), ou seja, os indígenas ocupavam-se em desvendar o mistério de se os forasteiros tinham corpo. Funda-se aí, a distinção clássica entre visões opostas de mundo: se para os forasteiros recém-chegados nas Américas a visão multiculturalista era uma pedra filosofal, entre os indígenas reinava a visão multinaturalista do mundo, afinal, para estes, animais, viventes e espíritos certamente tinham alma, importava saber se os forasteiros teriam mesmo corpos verdadeiramente humanos.

Este exemplo comparativo exemplifica a ideia de “equivocação controlada” que, segundo Viveiros de Castro, deve estar presente nas

etnografias: é preciso que as ferramentas disponíveis pelas ciências sociais sirvam as teorias sociais sobre os outros e seus mundos. A lição maior é que nem todas as coisas são diretamente comparáveis e em verdade, raramente o são. A comparação entre antropologias, visões de mundo, respeitando os termos e associações de onde partem deve ser ativada para que a empreitada de aproximação entre mundos seja minimamente bem-sucedida. Porém, ainda assim, não há garantia de que acordos surjam dessa comunicação, comparação, controlada. Como nos casos em que o conflito entre diferentes perspectivas envolve a disputa de um objeto aparentemente comum. Um exemplo clássico seriam as disputas em torno de terras, territórios, espaços que assumem diferentes significados para os atores envolvidos. É uma ilusão primária se prender à ideia de que mundos são necessariamente compartilhados em ocasiões como essas, o que ocorre é que esses objetos em comum (incomum) são parcialmente, em significado, compartilhados. Como defende Viveiros de Castro, a tradução, nesses casos, é a presunção da diferença entre modos de tradução distintos. Voltando ao ponto levantado por De La Cadena em entender essas relações fundadas pela distinção em contextos de disputas de posse e de vida, para fazer já aqui o jogo de uma equivocação que se pretende controlada, importa aqui refletirmos o lugar dos teóricos sociais na produção de documentos que envolvem essas disputas. Sejam laudos especializados, sejam construções teóricas que influenciam direta ou indiretamente nas travessias e traduções entre mundo.

Na Antropologia o movimento crítico sobre a linguagem e os modelos clássicos das produções etnográficas vem desde meados da segunda metade do século XX, ou seja, nos idos da pós-modernidade, que para a antropologia é entendida como um momento e não uma “escola”. Diversas perspectivas teóricas mobilizaram-se a fim de politizar as posições que os sujeitos e interlocutores ocupavam nas pesquisas e na linguagem antropológica. Centro e periferia, sujeito e objeto, metrópole e colônia foram algumas das dicotomias que passaram por um crivo de censura e outros engajamentos através de escolhas éticas e estéticas que contemplassem *outros mundos* nas escritas.

Viveiros de Castro, nesse sentido, entende que é necessária uma reversão radical no interior da Antropologia em relação a como esta lida e grafa sobre os mundos que se dispõe a trabalhar. Como dito anteriormente, o autor enfatiza uma nova antropologia dos conceitos, onde deve haver uma autodeterminação e prevalência dos pontos de vista outros. Podemos apontar algumas tendências que surgiram com o intuito de dar vazão aos movimentos da virada ontológica na antropologia, tais como: o perspectivismo ameríndio e a antropologia simétrica que privilegiam os contextos multiculturalistas e multinaturalistas em que as pesquisas ocorrem. Autores como Marshall Sahlins, Philippe Descola, Louis Dumont, Manuela Carneiro da Cunha e Donna Haraway com as etnografias multiespécies, são alguns dos muitos nomes que surgem para ilustrar a adesão ao movimento da virada ontológica na Antropologia. Devemos nos atentar também a importância de autores e antropólogos indígenas e quilombolas, por exemplo, que fogem ao eixo norte global, na consolidação desse movimento, que produzem etnografias acerca de seus mundos e dos mundos que os cercam. Como apontado anteriormente sobre a centralidade da comparação para a antropologia, a ideia geral é trazer os termos de simetrias para as relações e comparações entre diferentes mundos.

Por último, importa aqui observar as relações entre política e ontologia para o exercício de reflexão aqui proposto. Viveiros de Castro et al., (2014) é enfático ao afirmar que esses termos não devem ser vistos como contrapontos radicais um ao outro. Mais que isso, voltar-se a ontologias outras é em si um ato político, onde as diferenças devem ser observadas não apenas entre distintas realidades, mas como elas se dão dentro, no interior de cada uma dessas realidades. Reconhecer essas possibilidades de alteração em que a ontologia se torna a própria comparação, ou seja, o lugar de onde surgem os referenciais sobre os múltiplos seres é assumir que as posições que os atores - pesquisadores e pesquisados - assumem nesses contextos são posições que podem ser modificadas e que não são fixas, fundando assim uma outra noção sobre as posições políticas que se assume.

Dessa forma, “concebida dessa maneira, a virada ontológica não é tanto um meio para fins políticos definidos externamente, mas um fim político em si mesmo” (VIVEIROS DE CASTRO et al., 2014). É uma afirmação da possibilidade de inversão e reversão entre mundos na escrita e produção científica e antropológica. “Nesse caso, então a política da ontografia reside não apenas nas maneiras como pode ajudar a promover certos futuros, mas também na maneira como “representa” o futuro (Krøijer, no prelo) em sua própria encenação” (Idem).

Pensar é o mesmo que mobilizar e diferenciar, nesse sentido, que marcar ou perder posições, o que em si, pode ser visto como um exercício de poder. Esses complexos exercícios de reflexividade são parte fundamental do que marca a virada ontológica na Antropologia, ou seja, a possibilidade de assumir pontos de vistas outros sobre realidades igualmente outras, assumir a existência de outras formas de ser, pensar e agir.

Considerações finais

Sublinhamos alguns aspectos do debate sobre ontologias nas ciências sociais e seus vínculos com questões relevantes da contemporaneidade, como a crise ambiental e o reconhecimento de outras formas de vida. O problema da ontologia, nesse sentido, encontra-se profundamente marcado pelo conflito gerado pelas múltiplas formas de conceber e produzir mundos e como expressar tais fenômenos nas teorias sociais. Como vimos ao longo do estudo, uma disputa entre o reconhecimento de outras epistemologias perpassa por tentativas de revisão e questionamentos da própria visão de mundo ocidental, especificamente na visão dualista que separa natureza e cultura, humanos e não-humanos. As viradas ontológicas em voga atualmente partem do princípio de que, diante das diferenças entre mundos, faz-se necessário mudanças de forma e conteúdo nas ferramentas das ciências sociais para abordar a questão das entidades que compõem e a natureza e, por esse motivo, se mostra como ponto fundamental para proposições sobre a crise ambiental.

Da discussão desenvolvida ao longo deste estudo, propomos apresentar alguns dos caminhos encontrados nas ciências sociais para dar

conta da multiplicidade de formas de vida. Nesse aspecto, o reconhecimento de formas de coprodução entre a ordem social e as entidades do mundo, como ensina a tradição reflexiva da TAR, situa de forma propositiva um desenho ontológico que abarque a multiplicidade. Assim, em contraposição ou alargamento/ampliação ao projeto moderno de separação entre natureza e sociedade, os STS sublinham o aspecto híbridos das redes sociotécnicas. Numa rede de coexistência e de codependência, as ações de transformação do mundo perpassam pelo reconhecimento desse entrelaçamento e seu valor na orientação política.

Política e ontologia, assim, são temas em comum nos estudos oriundos da virada ontológica nas ciências sociais. Um outro aspecto dessa relação encontra-se relacionado às teorias da linguagem e da tradução. A etnografia, portanto, desvela o problema da tradução entre mundos distintos e sinaliza nos atritos de possibilidades de traduzibilidade os potenciais para o enriquecimento de nossos entendimentos sobre as formas de vida. A teoria da tradução que emerge do debate ontológico sublinha um compromisso de reconhecimento e compreensão das múltiplas formas de vida tendo como meio a linguagem. Mostramos como a etnografia, orientada por um debate ontológico, atua na veiculação e comunicação de epistêmes marginalizadas na modernização ocidental, tal como, complexifica e aponta para outras formas de existência no mundo.

Referências bibliográficas:

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. **Revista estudos feministas**, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005.

BHASKAR, Roy. Theorising ontology. In: LAWSON, Clive; LATSIS, John Spiro; MARTINS, Nuno (Ed.). **Contributions to social ontology**. London and New York: Routledge, 2007.

BLASER, Mario; DE LA CADENA, Marisol. Pluriverse – proposal for a world of many worlds. In: BLASER, Mario; DE LA CADENA, Marisol. **A world of many worlds**. Durham and London: Duke University Press, 2018.

BLASER, Mario. Political ontology: cultural studies without cultures? **Cultural Studies**, v. 23, n. 5-6, pp. 873-896, 2009.

BLASER, Mario. Uma outra cosmopolítica é possível? **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 10, n. 2, pp. 14-42, 2018.

CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Briec Bay. **The Sociological Review**, v. 32, n. 1, p. 196-233, 1984.

CANDEIA, Matei. Ontology is (just) another word for culture. In.: CARRITHERS et al. 'Ontology Is Just Another Word for Culture'? **Critique of Anthropology**, 30 (2), 152-200, 2010.

CESARINO, Leticia. Políticas da natureza. **Anuário antropológico**, v. 30, n. 1, p. 171-186, 2005.

DA CUNHA, Manuela Carneiro. **Cultura com aspas**. Ubu Editora LTDA-ME, 2018.

DE LA CADENA, Marisol. **Earth Beings** – ecologies of practice across Andean worlds. Durham and London: Duke University Press. 2015.

DE LA CADENA, Marisol. Natureza incomum: histórias do antrope-cego. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p.95-117, 2018.

DELANDA, Manuel. **A new philosophy of society**: Assemblage theory and social complexity. London: Continuum. 2006.

FARIAS, Ignacio; BLOK, Anders; ROBERTS, Celia. Actor-network theory as a companion: an inquiry into intellectual practices. In.: BLOK, Anders; FARIAS, Ignacio; ROBERTS, Celia. **The Routledge Companion to Actor-Network Theory**. London and New York: Routledge, 2020.

FELT, Ulrike; FOUCHÉ, Rayvon; MILLER, Clark; SMITH-DOERR, Laurel. Introduction. In.: **Handbook of Science and Technology Studies**, 4ed. Cambridge e Londres: The MIT Press, 2017.

FERREIRA, Roberto; LESSA, Bruno. Enactando tecnologias: a noção de enactment como possibilidade analítica para o estudo das tecnologias nas organizações. **Anais do XLIII Encontro da ANPAD**, 2019.

FLEURY, Lorena; BARBOSA, Romulo; SANT'ANA JÚNIOR, Horácio. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v.05, n. 11, p.219-253, 2017.

GAD, Christopher; JENSEN, Casper. On the consequences of Post-ANT. **Science, Technology and Human Value**, v.35, n.1, p.55-80, 2010.

HOLBRAAD, Martin; PEDERSEN, Morten. **The Ontological Turn**: an Anthropological Exposition. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

HOLBRAAD, Martin; PEDERSEN, Morten; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A política da ontologia: posições antropológicas. **Ayé: Revista de Antropologia**, v.1, n.1, 2019.

KIM, Hwansuk. Decolonization and the Ontological Turn of Sociology. **Journal of asian sociology**, v. 48, n. 4, p. 443-454, 2019.

KNORR CETINA, Karin. **The Manufacture of Knowledge**: An Essay on the Constructivist and Contextual Nature of Science. Oxford: Pergamon Press, 1981.

KOHN, Eduardo. Anthropology of ontologies. **Annual Review of Anthropology**, v. 44, p. 311-327, 2015.

LATOUR, Bruno. **The pasteurization of France**. Harvard University Press, 1993.

LATOUR, Bruno. On recalling ANT. In: LAW, John; HASSARD, John. (Eds.). **Actor-network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishing/The Sociological Review, 1999.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. São Paulo: Editora 34, 2004.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede Salvador. Bauru: Edufba, Edusc, 2012.

LATOUR, Bruno. **Investigação sobre os modos de existência**: uma antropologia dos modernos. Editora Vozes, 2019.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A Vida de Laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

LAW, John. Notes on the Theory of the Actor-Network: ordering, strategy and heterogeneity. **System Practice**, v. 5, n. 4, 1992.

LAW, John; MOL, Annemarie. Complexities: an introduction. In.: LAW, John; MOL, Annemarie. **Complexities**: social studies of knowledge practices. Durham and London: Duke University Press, 2002.

LAW, John. **After method**: mess in social science research. Londres: Routledge, 2004.

LAW, John. What's wrong with a one-world world. **Distinktion: Scandinavian Journal of Social Theory**, v. 16, n. 1, p. 126-139, 2015.

LAW, John. After ANT: complexity, naming and topology. In: LAW, John; HASSARD, John. (Eds.). **Actor-network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishing/The Sociological Review, 1999.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LYNCH, Michael. **Art an Artifact in Laboratory Science: A Study of Shop Work and Shop Talk in a Research Laboratory**. London: Routledge and Kegan Paul, 1985.

LYNCH, Michael. Ontography: Investigating the production of things, deflating ontology. **Social Studies of Science**, 43(3): 444-462, 2013.

MOL, Annemarie. Ontological politics. A word and some questions. In.: LAW, John; HASSARD, John. (Eds.). **Actor-network theory and after**. Oxford: Blackwell Publishing/The Sociological Review, 1999.

MOL, Annemarie. **The body multiple: ontology in medical practice**. Durham and London: Duke University Press, 2002.

MOL, Annemarie. Actor-network theory: sensitive terms and enduring tensions. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie. Sonderheft**, n.50, 2010.

OYEWÙMÍ, Oyérónke. **What gender is motherhood?** Changing Yorùbá ideals of power, procreation, and identity in the age of modernity. Hampshire, UK: Palgrave Macmillan, 2016.

PELLIZZONI, Luigi. **Ontological politics in a disposable world: the new mastery of Science**. Ashgate, 2015.

SISMONDO, Sérgio. **An Introduction to Science and Technology Studies**. Chichester: Willey-Blackwell, 2010.

TRAWEEK, Sharon. **Beamtimes and Lifetimes: The World of High Energy Physicists**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.

STENGERS, Isabelle. **Cosmopolitiques II**. Paris: Éditions la Découverte, 2003.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A antropologia perspectivista e o método da equivocação controlada. ACENO - **Revista de Antropologia do Centro-Oeste**. v.5, n.10, p. 247-2064, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; PEDERSEN, Morten; HOLBRAAD, Martin. *The Politics of Ontology: Anthropological Positions*. Fieldsights - Theorizing the Contemporary, **Cultural Anthropology Online**, January 13, 2014, <http://www.culanth.org/fieldsights/462-the-politics-of-ontology-anthropological-positions>.

WOOLGAR, Steve; LEZAUN, Javier. The wrong bin bag: a turn to ontology in Science and technology studies? **Social Studies of Science**, v. 43, n. 3, p.321-340, 2013.